

Considerações finais

Ayalla Oliveira Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, A.O. Considerações finais. In: *Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Gueréns e Pataxós do Sul da Bahia* [online]. Ilhéus: Editus, 2018, pp. 295-299. ISBN: 978-85-7455-528-7.
<https://doi.org/10.7476/9788574555287.0007>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aldeamentos de catequese geridos pelos frades capuchinhos italianos, oriundos da política indigenista do Oitocentos, foram parte essencial para alçar os propósitos da colonização do sul da Província da Bahia; integrou esse processo o aldeamento de Ferradas, tendo sido considerado, inclusive, em meados do XIX, o principal aldeamento da Província. Na década de 1860, contudo, uma nova configuração foi desenhada para a relação dos índios com o empreendimento colonizador no sul da Bahia, e a documentação permitiu perceber novos rumos para a inserção indígena no projeto de desenvolvimento regional. Na década de 1960, um século depois, o esforço da escrita memorialista de Itabuna, realizada pela elite herdeira do cacau, construiu uma história para a cidade na qual os índios foram propositalmente invisibilizados. Este estudo, portanto, se ocupou em compreender esse processo, tendo os índios aldeados e não aldeados, da região, como objeto de interesse principal. Nessa teia, partimos do fim da narrativa, que propositalmente tentou escamotear a presença dos índios e de Ferradas da história da região e, seguindo os vestígios documentais, foi surpreendente analisá-los atuando de forma central ao longo de todo o processo colonial.

O primeiro capítulo deste estudo, intitulado *Nem tudo era sergipano: a escrita do mito pioneiro e a invisibilização indígena nas origens de Itabuna* funcionou como antesala do texto e respondeu a várias questões formuladas

nos primeiros semestres da graduação sobre os escritos memorialistas e as inquietações pela descoberta da existência de um aldeamento em Ferradas, no século XIX. A partir desse momento, surgiram as primeiras perguntas, que se multiplicaram ao longo da minha trajetória acadêmica; e delas tenho me ocupado até então. Retornar à discussão da escrita da memória, durante a realização do curso de mestrado, resultou de uma escolha estabelecida pelo amadurecimento com a pesquisa indígena e a necessidade de reforçar alguns argumentos empreendidos em outros momentos da pesquisa, bem como lançar novos argumentos sobre o problema da invisibilização indígena na escrita da memória de Itabuna. Também escolhi recuperar a escrita memorialista nestas páginas finais do texto, como uma tentativa de fechar esse ciclo de debate.

O trabalho indígena e sua contribuição na conformação social da região foram os principais eixos da dissertação. No desenvolvimento do estudo, apresentamos o discurso dos memorialistas que, na década de 1960, construíram a história de Itabuna com base na figura dos migrantes sergipanos, distanciando a fundação do município do aldeamento de Ferradas. Também discutimos com a historiografia que, por outros caminhos, realizou algo semelhante: minimizou a importância do trabalho indígena para a região do cacau, reafirmando que os índios, ao contrário dos escravos africanos, não se ocuparam muito com o trabalho das fazendas de cacau. Contrariando essa assertiva, atestamos, ao longo do nosso estudo, a participação dos índios como atores sociais das transformações históricas da região, com ênfase na observação do trabalho indígena na estrada que ligava as vilas Ilhéus e Conquista, bem como na lavoura do cacau.

Procuramos demonstrar a estreiteza das relações entre governo, religiosos e particulares, quando os assuntos

eram os índios e o aldeamento de Ferradas. Uma das famílias mais ricas e poderosas da região sul da Bahia, desde os tempos coloniais, era a família Sá. Por meio das relações matrimoniais, a tradicional família Sá se desdobrou em vários ramos através dos seus descendentes, entre eles, os Adami¹. Em início do século XX, a família Adami Sá respondia à alcunha de “adamistas”, representavam as famílias tradicionais na política de Ilhéus, como tratamos no primeiro capítulo. As relações dos Sá com o aldeamento de Ferradas e com os frades responsáveis por administrar o trabalho dos índios aldeados eram muito próximas, na segunda metade do século XIX. Mostra disso é o registro no qual observamos o coronel Egídio de Sá na administração interina do aldeamento. Em nome dos índios de Ferradas, ele requereu ao Diretor Geral dos Índios um missionário para o aldeamento, pois com a saída do Frei Rainero de Ovada, o aldeamento estava abandonado e os índios solicitavam a presença de outro missionário².

Como demonstramos em outro momento do texto, o Aldeamento São Pedro de Alcântara foi administrado pelos frades capuchinhos italianos, exceto quando a administração interina coube ao coronel Egídio de Sá, no final

1 Em seu estudo, André Rosa Ribeiro observa que o controle sobre os patrimônios das famílias tradicionais e escravocratas de Ilhéus, ao longo do século XIX, que envolvia os principais núcleos agrários da região, se dava por relações matrimoniais que eram estabelecidas por laços de parentesco e de vizinhança. Desse modo, “a vizinhança nos antigos distritos municipais era formada basicamente por parentes consanguíneos ou de afinidade, membros da família extensa Sá, cujo núcleo formou-se a partir dos seguintes sobrenomes: Sá Bittencourt e Câmara, Homem d’El-Rei, de origem mineira; Adami, Hohlenwerger e Lavigne, de origem europeia”: RIBEIRO, André Luís Rosa. **Família, poder e mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001, p.34.

2 APEB; Seção Colonial e Provincial; Série Agricultura/índios; maço: 4612; 21 de maio de 1859.

da década de 1850. Isso demonstra, dentre outros aspectos, o interesse da família Sá, uma das mais proeminentes no plantio do cacau no sul da Bahia, na permanência e no funcionamento dos aldeamentos na região. O que priorizamos frisar, ao final deste texto, portanto, é a trajetória das relações que envolviam índios, capuchinhos e particulares em Ferradas, porque isso nos dá condição para reafirmar, conclusivamente, a participação direta dos índios nas reconfigurações sociais e econômicas da região, contradizendo a ideia de ausência do trabalho deles na economia do cacau.

Portanto, diferentemente da ausência indígena na história daquela parte da região sul da Bahia, desenhada pela escrita tradicional, nós conseguimos demonstrar, ao longo deste trabalho, os índios agindo e interagindo em todo o processo da colonização oitocentista na região: atuaram ao lado dos colonizadores, pacificaram a região para a entrada de colonos, trabalharam intensamente na abertura e manutenção da estrada Ilhéus-Conquista, trabalharam na navegação e desobstrução dos rios, foram mão de obra importante na lavoura do cacau e também agiram em benefício próprio, em todo esse processo. As interações étnicas lhes impuseram o desafio de modificar-se, e eles foram capazes de construir novas possibilidades a partir da interação com os colonizadores, por diferentes meios e estratégias, fosse pela guerra ou por via da negociação.

O estudo sobre os índios no sul da Bahia está só começando; este trabalho faz parte de um esforço coletivo de inclusão dos índios na história da região. Há muito a se pesquisar, no sentido de compreender a dimensão do papel desempenhado pelos índios na história da colonização nos anos imperiais, no sul da Bahia. Ao longo dos capítulos, foi possível tecer importantes respostas às questões cotejadas no processo da pesquisa, no sentido de

compreender as especificidades da atuação indigenista e indígena, naquela faixa do sul da Bahia, no importantíssimo contexto da ascensão da lavoura do cacau, que deflagrou novas configurações política, econômica e social, das quais, em lugar de sua invisibilidade, como parecia sugerir o discurso oficial de fins do XIX, e como engendrou o discurso oficial de 1960, observamos os índios participarem como atores diretos de todo aquele processo. Este panorama histórico é fundamental para compreendermos a história e historicidade dos índios do sul da Bahia. Entender suas trajetórias históricas, em grande medida, ilumina a compreensão dos processos atuais que envolvem as populações indígenas e suas demandas políticas e sociais.

Embora a pesquisa seja infundável e as inquietações e questões estejam claras, a escrita pede uma conclusão, portanto, este estudo chegou ao fim. As questões suscitadas durante o desenrolar da pesquisa foram inúmeras, e não podemos abordar todas em uma dissertação de mestrado. Muito há que se perguntar e problematizar acerca da trajetória dos índios do sul da Bahia, durante o Oitocentos. Mas elas ficam para um próximo estudo, como também para outros interessados, capazes de incluir novas abordagens, questões e fontes que deem conta da inclusão das populações indígenas na história do sul da Bahia.